

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI N° 00272/2024

1 - Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.

2 - Em resposta e recurso o órgão informou que : (i) realizou operações visando o combate a roubos e furtos na região; (ii) afirmou que a concretização dessas ações deve-se à autorização judicial, pois na região há diversos imóveis que armazenam aparelhos subtraídos, equipados de circuito de câmeras, o que dificulta a ação policial; (iii) esclareceu que em toda a região central, são desenvolvidas ações constantes, denominada “OPERAÇÃO RESGATE”, e que são desenvolvidas ações conjuntas, envolvendo policiais de diversas delegacias da área central; (iv) informou que todos os aparelhos são imediatamente bloqueados após o registro policial com o fornecimento de seu IMEI; (v) Destacou que tais ações resultaram na prisão de proprietários e funcionários de estabelecimentos de assistência técnica que atuavam como receptadores; (vi) reafirmou que as ações de Polícia Judiciária já citadas, incluindo-se grandes operações, serão constantemente desenvolvidas naquele local, buscando-se a identificação e prisão de criminosos e recuperação de produtos de crime, o que já vem sendo feito. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20 do Decreto estadual 68.155, de 09 de dezembro de 2023, solicitando o pronunciamento do órgão:

" Por que a polícia civil de SP não faz o mesmo se os casos podem ser resolvidos com facilidade e sem burocracia? Por que não tem operação semanal no endereço supracitado? Qual é a dificuldade da PCSP em resolver os casos que lhes são apresentados?"

3 - Em análise do caso concreto, verifica-se que a solicitação objeto do presente recurso não se configura como pedido de acesso à informação, pois se trata de questionamentos acerca de uma situação de atuação policial na região central muito específica que pressupõe a análise de um caso particular. Ainda assim, o órgão apresentou esclarecimentos sobre o questionamento apresentado.

4 - Nesse sentido, cabe esclarecer, que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da Lei federal 12.527, de 18 novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI.

5 - Ressalta-se, ainda, que a Lei de Acesso à Informação (LAI) garante acesso a informações existentes nos órgãos e entidades públicas, no entanto, pedidos que requerem o pronunciamento ou posicionamento do órgão fogem ao escopo da LAI, não caracterizando, portanto, pedidos de acesso à informação, exceto nos casos em que o órgão já tenha consolidado o objeto da consulta em documentos oficiais.

6 - Assim, considerando que as orientações cabíveis foram prestadas e que não se trata de pretensão recursal amparada pela legislação, **não conheço** do recurso, com fundamento no artigo 11 da Lei federal 12.527/2011 e no artigo 20 do Decreto estadual 68.155/2023.

7 - Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Tipo de Decisão:

Selecione

Não Conhecimento

Prazo Limite para Cumprimento da Decisão:

Selecione



Status da Decisão

